

Alegação sem sentido

ARTHUR VÍRGILIO

Senador pelo Amazonas e líder do PSDB

Os princípios da moralidade e da publicidade, que a administração pública deve obedecer, estão claramente estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal. Princípio vale mais que norma da própria Constituição, pois diz respeito a valores fundamentais. Com razão, o professor Celso Antonio Bandeira de Mello afirmou que "violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma".

A Presidência da República está obrigada, portanto, a dar publicidade a todos os seus atos. Isso, é claro, abrange as despesas efetuadas por meio dos cartões corporativos. Ela não o faz, porém, sob a alegação de serem sigilosos, em função da segurança nacional.

É inaceitável essa alegação. É verdade que em outro dispositivo (art. 5º, inciso XXXIII), ao estabelecer que "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral", a Constituição ressalva "aqueles cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade

e do Estado". Mas estas estão definidas na Lei nº 11.111/05 e nenhum dos casos se aplica a despesas correntes do gabinete pessoal do presidente da República.

De fato, pode-se admitir que, por algum tempo, o manto do sigilo se justifique em relação a determinadas despesas. Por exemplo, numa visita do presidente Bush se compreenderia a não divulgação de gastos com a sua segurança. Mas, seis meses depois, haveria algum sentido em não os divulgar? Nenhum!

Então, por que a obstinada recusa palaciana em abrir as contas do gabinete pessoal do presidente da República? Segurança nacional já se viu que não cabe. Pela lei, a vedação de acesso a dados se aplica a políticas estratégicas e não a gastos correntes da administração. Então, o que é? Será que compraram carro, jóias, vestidos por meio de cartões corporativos e por isso não querem divulgar as despesas? Será que usaram notas frias? Aliás, essa é mais do que uma possibilidade, pois houve vários saques em dinheiro. Ora, por que sacar dinheiro, se as despesas podem ser pagas com cartão? Foi exatamente para isso que o cartão foi criado: para evitar

que o funcionário precisasse andar com dinheiro ou com talões de cheques. E mais: foi criado também para facilitar o controle dos gastos.

Já insistimos muito, nós da oposição, na abertura dessas contas. As respostas foram sempre negativas. Eu mesmo ingressei no Supremo Tribunal Federal com mandado de segurança para forçar o presidente Lula a fornecer as informações. Infelizmente, a ação não pôde prosperar por estarem as negativas fora do prazo.

A CPMI instalada no Congresso, controlada por maioria governista, não pôde avançar nesse terreno. Mas não nos damos por vencidos. Uma vez que o Palácio do Planalto imagina que nos pode chantagear, insinuando com despesas feitas no governo Fernando Henrique, pedi ao ex-presidente e a dona Ruth Cardoso que autorizassem a abertura de suas contas — sejam as feitas por meio de cartões corporativos, sejam as do tipo B ou semelhantes. O presidente Lula e dona Marisa que façam o mesmo.

O Palácio do Planalto, por sinal, não mais pode negar essa abertura. Caiu por terra a alegação de sigilo, de segurança nacional,

depois que vazaram para a revista *Veja* documentos relativos a despesas de dona Ruth Cardoso. Despesas, a meu ver, nada extravagantes. Mas o fato é que, se despesas do governo anterior podem vir a público, as do atual governo também podem e devem ser divulgadas. Que se divulguem todos os gastos com dinheiro público, de Fernando Henrique e dona Ruth, de Marco Maciel e dona Anna Maria, de Lula e dona Marisa, de José Alencar e dona Mariza.

Não aleguem que essa ação de vazamento foi coisa de aloprados. Desta vez não foi como o falso dossier de São Paulo, montado para tentar atingir a candidatura de José Serra. Desta vez os documentos são verdadeiros e os originais estão no Palácio do Planalto. Não adianta fingir que vão investigar. Se um dossier desses se monta sem o conhecimento da mãe do PAC, o principal programa do governo está mal de maternidade.

Queremos, as oposições e os brasileiros, a abertura de todas essas contas, as do governo passado e, sobretudo, as do atual, pois foram essas as denunciadas. O contribuinte tem o direito de saber o que fazem com o seu dinheiro.